
Artigo de resenha

Imperialismo ou *realpolitik*? Uma análise da produção histórica recente sobre a Guerra do Paraguai

- BETHELL, Leslie. *The Paraguayan War (1864-1870)*. Londres: University of London, 1996.
- CERVO, Amado Luiz & RAPOPORT, Mário (orgs). *História do Cone Sul*. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. Da UnB/REVAN, 1998.
- CHIAVENATO, Júlio J. *A guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- POMER, Leon. *La Guerra Del Paraguay, ¡Gran negocio!* Buenos Aires: Caldén, 1968.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá: Editora da UFMT, 1998.

Até onde as relações entre os Estados processam-se em virtude do confronto dos interesses independentes de cada um deles? Em que medida a História de um povo ou de um conflito pode ser pensada como um contexto autônomo frente ao contato com outras nações? As respostas para estas perguntas são múltiplas, mas, divergentes ou não, há algo que as torna semelhantes: a cada forma de contar a História das relações internacionais corresponde um projeto – pessoal ou mais comumente coletivo –, de manter ou de transformar a situação atual da convivência entre os povos. Em outras palavras, o conhecimento produzido sobre o mundo não costuma estar desvinculado de um conjunto específico de interesses.

O tema da Guerra do Paraguai é perfeito para explicitar essas questões. Realmente, diversas pesquisas têm sido realizadas recentemente sobre o assunto e isso não é por acaso, já que aquele conflito representa um divisor de águas na história do Cone Sul. Numa época em que a globalização e o Mercosul dão o tom dos debates políticos e acadêmicos envolvendo o relacionamento dos países sul-americanos, discutir as origens da guerra e o real peso de influências externas ao sub-continente nas mesmas torna-se um exercício fundamental.

Nesse sentido, parece evidente que seria impossível abordar todos os livros e artigos que tem sido publicados sobre o tema nos últimos anos, e que nem todas

as temáticas históricas que essa bibliografia levanta poderiam ser abordados num comentário de pretensões limitadas¹. Todavia, os autores estão certos de ter, dentro do tema proposto, levantado material suficiente para permitir a verificação atual dos rumos da historiografia nesse tópico específico.

A historiografia sobre a Guerra do Paraguai, após algumas décadas onde o forte foram os relatos dos participantes e uma produção caracterizada por descrições das origens da guerra baseadas em documentação diplomática, adentrou, nas décadas de 60 e 70 no terreno do revisionismo, que acusava a Inglaterra pela ocorrência do conflito.

Esse modelo explicativo – defendido por autores como CHIAVENATO (1990) – baseia-se em certos conceitos-chave: determinação econômica, imperialismo e ideologia. Nele, as relações internacionais latino-americanas passam a ser reflexos mecânicos das pretensões imperialistas inglesas. Os motivos alegados pelos governos envolvidos na guerra do Paraguai ligados ao desrespeito às fronteiras dos países seriam, assim, meros pretextos, a ideologia que mascara a realidade.

Perfeitamente coerente dentro das lutas políticas dos anos 60 e 70 – como o antiamericanismo e o terceiro-mundismo – projetadas na análise do passado e com uma forte inspiração nos trabalhos de León POMER (1968), essa visão tem sido pesadamente atacada em anos recentes, especialmente nos livros de BETHELL (1996); DORATIOTO (1991) e MENEZES (1998), para não mencionar os trabalhos nos outros países do Cone Sul.

Em que pesem algumas diferenças entre os autores, o novo modelo, em linhas gerais, procura desmentir a idéia da interferência externa como motivo da Guerra do Paraguai. Para tanto, os autores utilizam abundante material de origem diplomática para tornar visíveis os confrontos de interesses locais que levaram Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina ao campo de batalha. Considerando o século XIX como o período de formação dos Estados Nacionais Latino-americanos, Doratioto, por exemplo, compreende a guerra do Paraguai como parte de um processo que engloba consolidação e crescimento territoriais e o fortalecimento das instituições governamentais dos Estados. Para tanto, esse autor evoca a existência de longas e difíceis negociações diplomáticas por questões territoriais e de influência entre os países platinos e o Brasil, demonstrando os diferentes rumos tomados por elas em virtude do predomínio ora de um, ora de outro “partido” no interior de cada governo.

O aspecto geográfico é, assim, de suma importância na visão de Doratioto. A necessidade vital para os Estados de possuírem portos próprios por onde realizariam seu comércio exterior seria muito mais do que um pretexto para a guerra, constituindo-se num de seus fatores fundamentais. O modo como o Rio da Prata foi utilizado antes e durante o confronto corrobora esta idéia do dimensionamento espacial das relações internacionais. Em outras palavras, a

interpretação de Doratioto e dos autores dessa corrente é eminentemente geopolítica.

Menezes é um pouco mais cuidadoso com a influência dos fatores internos na criação dos problemas geopolíticos regionais. Ao mostrar detalhadamente como se dava o relacionamento político entre as nações do cone Sul, salientando os processos de definição de fronteiras e a conturbada situação interna destes países, Menezes afirma que o desejo de autonomia política de paraguaios e de uruguaios contrapunha-se ao projeto nacional argentino, que via nos vizinhos Paraguai e Uruguai territórios a serem controlados por Buenos Aires. No quadro geopolítico geral, o autor descreve as articulações internacionais dos diversos grupos políticos de cada país com seus “pares” estrangeiros, de modo a definir dois grandes blocos: Colorados uruguaios, Unitários argentinos e gaúchos brasileiros aliam-se em torno do liberalismo, enquanto que os Blancos uruguaios, algumas províncias interioranas argentinas e o governo paraguaio assemelham-se pelo conservadorismo.

No tocante ao Brasil, Menezes enfatiza o pouco interesse do Império frente ao Paraguai e procura demonstrar que o tom das relações entre os dois países, durante um certo tempo, esteve determinado pelo andamento do antagonismo que opunha o Brasil ao governo argentino de Rosas. Quando do término deste, a definição das fronteiras paraguaias, por um lado, e os interesses brasileiros pela livre navegação até o Mato Grosso, por outro, foram as principais questões na pauta de discussões entre os dois Estados, discussões estas que se arrastaram por longos anos.

O autor também dá margem a uma discussão muito importante dos vínculos entre *Realpolitik* e ideologia no contexto das relações políticas externas e internas dos Estados. Realmente, parece evidente que a política nacional de um Estado ou seus “interesses nacionais” não podem ser considerados, em qualquer situação, cem por cento autônomos em relação a princípios ideológicos ou de política interna. De fato, mesmo uma política baseada inteiramente no realismo político e na busca absoluta de aumento do poder e da influência internacionais do Estado só pode ser compreendida a partir dos princípios e ideais que norteiam seu grupo dirigente e a própria sociedade como um todo num momento histórico delimitado. Isso demonstra a inseparabilidade do caráter da *Realpolitik* e das disputas entre os diversos grupos políticos dentro de um Estado, embora não signifique que as decisões tomadas por um governo sejam sempre determinadas em última instância pelos projetos específicos de um determinado partido.

No trabalho de Wilma COSTA (1996), por exemplo, fica evidente que, no caso brasileiro, independente do grupo que estivesse no poder, a crise que levou à invasão do território uruaio e ajudou a levar ao conflito com o Paraguai estava inscrita no fato de o Império não dispor de instrumentos militares adequados para manter uma prática de tutela sobre o Uruguai que fosse autônoma em relação aos interesses rio-grandenses (COSTA, 1996, p. 138). Seja como for, os problemas

políticos do Brasil e dos países platinos na década de 1860 não podem ser descartados em uma análise mais ampla dos motivos que levaram à guerra do Paraguai e essa seria um viés a ser aprofundado ainda mais para que uma análise geopolítica do conflito evitasse o risco de se limitar à geopolítica.

Contudo, apesar do exposto, a questão do imperialismo no desenvolvimento da Guerra do Paraguai não pode, a nosso ver, ser eliminada totalmente. Se, como afirma a nova historiografia, esta guerra não pode ser entendida como reflexo das pretensões imperialistas britânicas e se as grandes potências evitaram se envolver diretamente nela (BETHELL, 1996 e CERVO e RAPOPORT, 1998, pp. 208-211), será possível desconsiderar o predomínio político e econômico do imperialismo britânico naqueles anos na América Latina e a crescente influência dos Estados Unidos? Na época, os Estados latino-americanos promoveram mudanças em suas estruturas administrativas e buscaram integrar suas economias (predominantemente agropecuárias) à dinâmica do capitalismo central. Em consequência de tal postura, a consolidação dos espaços territoriais – decidida, por vezes, através da guerra – serviria aos próprios Estados em formação, e também às potências estrangeiras, sobretudo à Inglaterra. Sendo assim, a Guerra do Paraguai não teria, indiretamente (e talvez até paradoxalmente), no imperialismo inglês (ou, ao menos, no sistema capitalista e na pirâmide internacional construídos predominantemente nos moldes ingleses naqueles anos) um de seus motivos? A esta pergunta, a nova historiografia não oferece soluções completas. Um sinal, talvez, que o abandono de velhas e seguramente equivocadas teorias sobre as relações internacionais latino americanas não deva significar o abandono de um cuidado maior com o contexto do século XIX onde, seguramente, o problema imperialista não era irrelevante.

João Fábio Bertonha e Renato Moscateli

Nota

¹ Para algumas análises bibliográficas, ver BETHELL (1996) e MENEZES (1998).